



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12796 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

A PRODUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA E AS NOVAS PARCERIAS EM REDES POLÍTICAS GLOBALIZADAS

João Paulo Lopes dos Santos - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPERJ

A PRODUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA E AS NOVAS PARCERIAS EM REDES POLÍTICAS GLOBALIZADAS^[1]

Resumo: O objetivo desse texto é expor o processo de produção do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista - Bahia, cujo foi atravessado por aspectos mercadológicos e pelas parcerias público-privado em redes. Assim, questiona-se: em que espaços de itinerâncias a política do PME foi produzida? Que atores disputaram nesses espaços? Como recurso metodológico, operou-se com a noção de Rede Política em Ball. As impressões sobre o estudo denotaram que o Plano foi orientado pela política de financiamento que, não obstante, tem suscitado mudanças nos processos de organização e produção de políticas públicas educacionais. De igual modo, tem potencializado as parcerias público-privado e as negociações de interesses diversos. Pode-se dizer, portanto, que o Plano emergiu como produto de mercado e das articulações em redes políticas globalizadas.

Palavras-chave: Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista. Redes políticas. Parcerias público-privado.

Introdução

Este escrito tem como objetivo abordar um dos aspectos observados no estudo – em andamento – sobre o processo de produção da política do Plano Municipal de Educação de Vitória da Conquista/Ba - PME: a economicização de políticas educacionais via parcerias público-privado.

No momento de construção do Plano, os debates focalizaram as questões de investimentos. A política de financiamento, portanto, parece ter sido o elemento primordial de orientação do PME. O discurso econômico enfático revela que o dinheiro é poder (BALL, 2014), e enseja novos tipos de tomadas de decisão sobre políticas públicas de educação.

Para viabilizar o estudo, utilizou-se, como caminho metodológico, a noção de Rede política em Ball (2014) para situar os espaços em que o Plano foi moldado e os atores que neles se articularam.

É perceptível que o PME conquistense foi produzido conforme as métricas de mercado, baseadas em princípios neoliberais, difundidas via redes políticas de negociações e parcerias público-privado. A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação seccional Bahia - Undime/Ba e o Programa de Apoio à Educação Municipal - PROAM, nessa conjuntura, configuraram como canais locais de toda essa dinâmica, fazendo ressoar, na política do Plano, as vozes de diversos organismos e instituições nacionais e transnacionais.

As circunstâncias de produção do PME de Vitória da Conquista/Ba

Na produção de políticas públicas “pós bem-estar” (BALL, 2014, p. 73) há toda uma convergência da doutrina neoliberal em prática; há todo um conjunto de atores trabalhando para identificar supostos problemas educacionais e produzir conhecimentos governantes, os quais fundamentam a hipotética necessidade de justiça social e melhoria da qualidade educacional.

Em termos neoliberais, as relações de mercado e os discursos pró-reformulação de políticas têm impulsionado um novo modo de trabalho, novas práticas sociais e novos relacionamentos. Trata-se, portanto, da operacionalidade de novos negócios educacionais praticados em rede e o desenvolvimento dos mercados de ensino (BALL, 2014), os quais, cada vez mais, estão de olho no orçamento público e nos valores de investimento para a educação pública.

Esse movimento, possivelmente, fez-se presente no processo de produção do PME de Vitória da Conquista. Tal suposição baseia-se no argumento de que esse Plano é produto de uma rede política global em que atores públicos e privados negociaram seus interesses e significações para uma política local. Assim, é preciso indagar: em que espaços de itinerâncias a política do PME em tela foi produzida? Que atores disputaram nesses espaços? Como possibilidade metodológica, mobilizou-se a noção de Redes Políticas em Ball (2014) por entender que esse é um dispositivo analítico capaz de desvelar e associar os diferentes atores, as articulações, parcerias e as novas significações fabricadas nas relações sociais

globalizadas.

Redes políticas do PME de Vitória da Conquista: as parcerias público-privado

As políticas educacionais mais recentes são mediadas – para além de aspectos socioculturais – pelas parcerias publico-privado e pelas dinâmicas de financiamento. Nesse seguimento, o investimento educacional – meta 20 – ganhou destaque no processo de produção do PME conquistense. O financiamento, portanto, configurou como componente de efetivação do Plano. “Precisamos definir como serão investidos os recursos da Educação, porque quem não planeja é planejado por quem planeja” (OLIVEIRA, 2015, [on-line]).

O dilema aqui apresentado pode ser analisado a partir da ideia de que a política do PME encontra na economia sua razão de ser, “o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual, [...] tem essencialmente como razão de ser e fim servir à economia” (FOUCAULT, 2019, p. 273). O poder do dinheiro é “o poder de ‘fazer parcerias’ com os governos para a resolução de problemas sociais, e o poder de falar e adotar políticas [...] em arenas locais e transnacionais” (BALL, 2014, p. 224). O dinheiro, por assim dizer, coloca no jogo das mobilidades de políticas novos jogadores, novas vozes, e novas tecnologias de políticas.

Isso significa a presença de setores privados conectados a grandes corporações operando no âmbito educacional público, envolve a capacitação de profissionais docentes, o provimento de materiais didáticos, a oferta de programas de reforço escolar, bem como atuações em programas de reformas, construção e manutenção de unidades escolares. Trata-se de um mecanismo articulado pelo qual o município de Vitória da Conquista, possivelmente, fez uso para transferir sua responsabilidade sobre a educação pública ao setor privado através de parcerias em redes.

Essas redes são as de mercado. São modelos híbridos que supõem ser paradigmas de exportação de excelência educacional moderna e neoliberalizada. O modelo atuante no processo de construção do PME conquistense tem como canal local, em uma rede internacional de relações, o PROAM^[2] que atuou como agente orientador para a elaboração do Plano, influenciando, direta ou indiretamente, na formulação do texto em diversas fases.

A posição que o PROAM se encontra na rede permite a compreensão de que há a junção de métodos, de dinheiro, de ideologias e de discursos em relação ao empreendimento social e ao capitalismo corporativo. Ele, de algum modo, é influenciado pelas perspectivas da Undime/Ba que mantém relações com o poder executivo baiano, bem como se conecta a grandes organizações e movimentos como: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Fundação Lemann, Fundação Telefônica Vivo, Itaú Social, Natura, Malala *Fund*, Todos pela Educação, Instituto Reúna, Harvard *University*, Ford *Foundation*, Editora Ática, Moderna, FTD, dentre outras *edu-business* (BALL, 2014).

Evidentemente, no âmago dessa rede, as relações materializadas, os papéis

estruturados e as trocas entre os diversos atores que nela se articulam, demarcam a turva manifestação de vínculos entre o público e o privado, entre o serviço público e o lucro.

Desse modo, influenciada por setores privados e agentes financeiros, nacionais e estrangeiros, a política do PME pode ser pensada, não mais como uma política de educação pública do Município de Vitória da Conquista, mas uma política transnacional, corporativa e orientada para o lucro. Dito isso, é possível observar a materialização da privatização da educação pública, cuja faz emergir um mercado globalizado de educação sustentado por uma rede política de governança. Portanto, o PME conquistense “nada mais é que o efeito móvel de um regime de governamentalidade múltiplas” (FOUCAULT, 2008, p. 106).

Considerações

A política do PME de Vitória da Conquista foi produzida num contexto de negociações políticas materializadas sobre a plataforma da política de financiamento. A meta 20 foi protagonista no momento mesmo de debate e construção do Plano. Diante disso, e dado as redes que integram o PME, pode-se inferir que tal política é produto da lógica de mercado, de parcerias público-privado firmadas sobre a bancada da política de investimento. Está em Jogo o dinheiro!

O dinheiro magnetiza novas vozes. Elas são o braço do setor privado alcançando o setor público. Ainda que pareça imperceptível, é a economia de mercado global que termina por ditar os rumos da educação pública na esfera local. As parcerias público-privado, definidas em redes, passam a orientar as políticas educacionais com objetivos óbvios de lucro, governança, regulação e controle.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. **Educação Global S.A.:** novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica:** curso no Collège de France: 1978 - 1979. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. – 9ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

OLIVEIRA, Geanne. **Professores se antecipam a Prefeitura e iniciam debate sobre Plano Municipal de Educação.** Resenha Geral, 2015. Disponível em:<<https://www.blogdaresenhageral.com.br/professores-se-antecipam-a-prefeitura-e-iniciam-debate-sobre-plano-municipal-de-educacao/>>. Acesso em: 06 set. 2022.

[1] O Presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ.

[2] O Proam constitui-se, no contexto da política educacional do Estado da Bahia, em um dos instrumentos de materialização do regime de colaboração que busca, por meio do federalismo cooperativo, apoiar os municípios na organização dos seus processos pedagógicos e burocráticos no campo educacional.